

A vida em “crise”. A ideia de crise como metaestrutura de sentido

RUI PEREIRA

ruiampereira@gmail.com
Universidade do Minho

Resumo

Considera-se a discursividade em torno da “crise” enquanto facto discursivo total, produtor de sentido e de vida. Analisam-se as suas representações e performatividade, através das teorizações de “metaestrutura” e “modelo sociomental” (Van Dijk), de “formação discursiva” (Foucault) e de “prática discursiva” e “dispositivo alético” (Moisés Martins)

Palavras-Chave: Discurso; “crise”; sentido; vida

*“You’re holding the world in the palm of your hand
What you’re tellin’ your children you don’t understand
If you know what the meaning is”
Roger Hodgson, “The Meaning”
in Supertramp (1975), *Crisis What Crisis?**

Em 2013 a “crise” e as suas subtematizações ocuparam cerca de quinhentas horas de emissão -13,7%- dos principais jornais televisivos (Marktest, 2014)¹. Excluindo a grande maioria dos espaços de “comentário”² este número ajuda a situar o propósito do presente estudo: observar como a ideia de “crise”, desde a sua instauração em Portugal em finais de 2008, se instituiu enquanto “macroestrutura” e “modelo sociomental” (Van Dijk). Ou, dito de outra forma, como a “crise” descreve um determinado sentido de vida e prescreve um determinado modo de viver.

O vínculo entre análises mais locais e circunscritas e uma análise de âmbito global, como a presente, decorre do carácter individual e social das representações e dos “modelos” cognitivos e perceptivos que realizam o “nexo falante” entre o “micro” e o “macro” (Van Dijk, 1999: 26), a partir “das dimensões superiores dos acontecimentos da comunicação” como as aqui observadas.

¹ Consumo televisivo médio Portugal 1º semestre, 2008: 3H 37' e 26" diárias – 5H 30' e 51" entre maiores de 64 anos – marktest (2008). Por oposição, a circulação média dos nove principais jornais e revistas do país, situa-se nos 54. 227 exemplares (Cálculo próprio a partir de APCT, 2013).

² O “Público” contabilizou 69 horas semanais de comentário político televisivo, numa só semana de 2013. FERNANDES, José Manuel (2013. 05.24. Disponível em <http://www.publico.pt/opiniao/jornal/serei-so-eu-quem-ja-nao-suporta-o-desfile-dos-politicocomentadores-pelas-nossas-tv-26579779>. Acesso em 22.01.2014. Também SOL/NOTÍCIAS AO MINUTO (2014.01.03). Disponível em http://www.noticiasao minuto.com/politica/153123/morais-sarmento-e-mais-visto-do-que-socrates?utm_source=gekko&utm_medium=email&utm_campaign=daily#.UsadydK3NDU. Acesso em 03.01.2014..

Na ideia de “crise”, as suas expressões captam-se enquanto “formação discursiva” (Foucault 2009 [1969]); enquanto “prática discursiva” (i.e., “tecnologia da normalização e de controlo da vida”), e como “dispositivo alético” (Martins, 1990: 22, 40). A “crise” constitui-se enquanto facto discursivo total. Nas palavras de Foucault (2009 [1969]: 42), uma “dessas grandes famílias de enunciados que se impõem ao nosso hábito”, por não se abaterem e pesarem “a não ser sobre o quotidiano” (Lefebvre, 1969 [1968]: 80).

DRÔLE DE CRISE, SENTIDO DA CRISE...

A ideia de “crise” dá-se predominantemente a ver num modelo “subparadigmático” de discussão (Santos, 2002: 31-32) e não de tipo “paradigmático”, modalidade na qual só ingressa e numa base de trivialização vulgar³. É esta natureza da discussão que lhe delimita os termos, corroborando, pelo seu carácter de “indiscutido” (Bourdieu), a existência da “crise” e das modalidades em que tal existência pode pensar-se. Isto é, permite discutir-lhe a identidade, mas dotando-a, prévia e automaticamente, de uma entidade. A discursividade da “crise” começa, pois, por instituir e inculcar a “crise” como realidade.

Na sua estratégia predominante ela institui, porém, uma sorte de drôle de crise (Badiou, 2008; Castells, 2011: 21-22), porque, como sublinha Cabo (2004: 268), a “imprecisa noção de crise económica é habitualmente utilizada como um recurso para manter vigente o conjunto de postulados que legitimam a dominação, a exploração e a dependência” e também para obnubilar os seus vencidos e vencedores⁴.

Diferentes tácticas discursivas permitem estender a entidade “crise” aos próprios termos da identidade “crise” – financeira, monetária, económica, da dívida soberana, do défice orçamental... sendo que, tematizar estrategicamente a “crise” nos termos fechados da econometria, mais do que abordá-la cientificamente, permite fazê-la aparecer desprovida de carga política. Ou seja, erige o velho recurso de politização pela “anti-política”, que configura uma profecia política-ideológica (à la Peirce), de uma “crença” voltada para a acção (cf. Žižek (2010 [2009])⁵). Para Blyth (2002) esta estratégia argumentativa ilustra o carácter de ferramenta política que as ideias económicas possuem para forçarem transformações institucionais conformes aos desígnios daqueles que as manejam e impõem.

³ Sic-Notícias (2014.01.15.) Convidados: Luís Pais Antunes e Eugénio Rosa, Moderação: José Gomes Ferreira, “[Convidado (LPA)] - o capitalismo é o pior sistema excepto todos os outros. A menos que se fale dos sistemas de planificação com os seus resultados catastróficos”. Moderador (JGF) – É verdade, mas precisa de ser melhorado. Convidado (LPA) – Sem dívida. Disponível em <http://sicnoticias.sapo.pt/programas/negociosdasemana/2014/01/16/negocios-da-semana-15-01-2014-relacoes-entre-poder-politico-e-economico>. Acesso em 19.01.2014..

⁴ Klaus Regling (Fundo Europeu de Estabilização): “Até hoje, só houve ganhos para os alemães, porque recebemos da Irlanda e de Portugal juros acima dos refinanciamentos que fizemos e a diferença reverte a favor do orçamento alemão”, JN, (2011.07.17), “Resgate da dívida de Portugal tem sido bom negócio para Alemanha. Disponível em http://www.jn.pt/PaginalInicial/Economia/Interior.aspx?content_id=1911749&page=-1. Acesso em 02.01.2014. Rodrigues, Jorge Nascimento (2014.01.01.), Disponível em <http://expresso.sapo.pt/divida-portuguesa-foi-das-mais-rentaveis=f848445#ixzz2pFuVDhZX>. Acesso em 02.01.2014. A rentabilidade da dívida soberana portuguesa é de 9,62%. no índice Bloomberg (Rodrigues (2014).

⁵ “A necessidade dessa terapia de choque resulta do núcleo utópico (muitas vezes negligenciado) da economia neoliberal” (p. 28), materializada na “antecipação [...] por parte dos especuladores financeiros de que [...] em caso de colapso financeiro, poderiam contar com o Estado” (p. 40).

Esgrimido em larga escala, o poder de uma tal argumentação reside em elidir o traço profundamente classista que se esconde por detrás das actuais políticas ditas de “austeridade”, por meio das quais, (Blyth, 2013:29), os pobres pagam os erros dos ricos. Ou, na consagrada expressão de Warren Bufffet, “a luta de classes existe mas é a minha classe, a classe rica, que está fazer a guerra e a ganhá-la” (cf. Stein, 2006)⁶.

... E CRISE DE SENTIDO

O recenseamento crítico de uma mecânica e de uma política geral do funcionamento das figuras da “crise” parece, portanto, deixar-se pensar em termos como os seguintes:

1. Quotidianidade e Totalidade

A discursividade da “crise” visibiliza com muita nitidez a conhecida concepção foucaultiana de discurso enquanto objectivo e não apenas objecto de disputa (1971 [1970]). Ela possui um carácter total porque se converte na noção axial à qual é submetido qualquer enunciado publicamente possível: da cultura à saúde, do trabalho aos tribunais, das forças armadas ao ensino, da religião à agricultura, das relações internacionais à vida local, da esfera privada às políticas de Estado. Esta totalidade, orquestral e orquestrada, institui-a enquanto poder que aspira a definir a realidade. Um poder assente, antes do mais, na distribuição existente dos recursos de locução e no acesso aos mesmos por via da detenção do respectivo *skeptron* (Bourdieu, 1998 [1982]: 95).

Funda-se, em seguida, num esquema discursivo de grande elementaridade, funcionando a partir de três figuras que se retroalimentam: 1) A “crise” como axioma de entidade que activa e delimita a discursividade em torno da sua identidade; 2) A “inevitabilidade” de uma política submetida aos imperativos da “necessidade” económica; 3) Os “sacrifícios” que quanto mais gravosos maior “consenso” reclamam, a despeito de o campo semântico do termo “sacrifício” remeter para um acto volitivo, precisamente o inverso da coação legislativa.

O funcionamento tautológico desta tríade institui-a como ideia reitora na medida em que mesmo a sua contestação deve referir-se-lhe, e rupturista porque, ocupando todo o espaço do discutível, reconfigura o sentido e a realidade quotidiana precedentes.

2. Illocucionaridade, dispositivo, “colonização do imaginário”

O seu registo fundamental é de tipo ilocucionário, no sentido de forçar a correspondência (no mínimo a sua aparência) entre as palavras que se dizem (e contradizem) e as coisas feitas ou por fazer. O seu poder de inculcação deve-se, entre outros elementos, ao carácter hegemónico⁷ da ideia de “crise” e à potência

⁶ Stein, B. (2006), In Class Warfare, Guess Which Class Is Winning. Disponível em http://www.nytimes.com/2006/11/26/business/yourmoney/26every.html?_r=0. Acesso em 05.01.2014..

⁷ “Na acepção de Gwynn Williams (vd. Miliband, *ibid.*, p. 55).

do dispositivo comunicacional de que se serve (uma força de índole propriamente comunicativa, com efeitos performativos).

Ao inventar o seu texto, a “crise” cria também o seu contexto sob a forma de um “imaginário colonizado” Gruzinski (2003 [1988]). Ela lança uma “gigantesca OPA sobre o imaginário” (Cohen, 1999), integrando-se no que Melossi (1997) chamou operações gerais de “controlo da significação”.

3. Legitimação do poder e impotência da cidadania

Qualitativamente, a (re)produção em larga escala da ideia de “crise” constitui uma operação de legitimação tanto dos discursos e das políticas gestionárias da “crise” quanto das suas simetricamente contestatárias. Ao esgotar o campo do dizível, como do possível, a sua operação trata de converter em legitimação do poder a impotência da cidadania, pela projecção na impunidade do exercício da indiscutibilidade da legitimidade eleitoral.⁸

Os media participam deste “consenso suprapartidário de alto nível”⁹ (Parsons) promovendo as suas “sentinelas” ideológicas: “liberdade, democracia, [...], patriotismo, [...], interesse nacional [...], estabilidade financeira, reforma social, lei e ordem” (Miliband, 1977 [1969]: II, 67-68). Com toda a divergência contida dentro destes parâmetros, a inexistência de consenso permite intensificar o processamento de “irritabilidade” social (Luhmann: 2005 [2004-1994]: 47-63) na lógica da “mediologia de arena” (Sloterdijk, 2007 [2001]: 101).

Pacheco Pereira (2013: *passim*) fala num “*continuum* político-mediático”. Martins (2013) observa que os media “há muito que passaram para a esfera do poder”, afigurando-se-lhe o espaço público “confiscado [...] pelos profissionais da política e dos media [...] pelos banqueiros e financeiros”. Os media, acrescenta, “legitimam os líderes que temos, absolvem-nos das más políticas que tomam e sossegam os políticos da ameaça que constitui a expressão dos cidadãos em crise”.

4. Discursividade alienada e alienante

Esta discursividade constitui um dispositivo de sentido alienado e alienante, “porque contém um poder singular: o de dispor das palavras sem as coisas” (Martins, 2004: 87).¹⁰ Trata-se de uma generalizada produção de ilegibilidade social e política que já não remete para a realidade enquanto construção social, mas para o que Weimann (2000) designou por “construção social de irreabilidade”, efectuando-se por uma dupla tática:

⁸ Legitimação, no sentido de Kabel, (vd. Cipriani, 1987:9).

⁹ Ferreira (2011: 9) na edição de um conjunto de entrevistas na RTP-1: “é nos momentos críticos da História que se agigantam as referências. [...] Seguem um quadro ético de valores que marca a intervenção pública e deixa um rasto de exemplo à nação. [...] dez personalidades que o país reconhece e respeita. [...] Sei que o fizeram com a noção de amor à pátria! A RTP está-lhes grata e o país fica mais rico”.

¹⁰ Ilustrativa é a situação da Letónia. Quando a “crise” foi aí decretada, em 2008, e o país recebeu um empréstimo do FMI, para financiar a especulação bancária, nenhum indicador podia considerar-se negativo. Três anos depois (2010), quando a intervenção foi concluída, o desemprego quadruplicara, o défice crescera 18 vezes, a dívida pública era mais do triplo e o PIB: baixara 20%. A intervenção foi classificada como “um sucesso” (Louçã & Mortágua, 2012: 137-142; Weisbrot & Ray, 2011: *passim*).

1. a enunciação política de discursos incompreensivelmente contraditórios – a “crise” tanto pode abater-se apocalipticamente como pode, sucessiva e imediatamente, dissipar-se num discurso de “retoma” (Adam, 2013; Valente & Tavares, 2014)¹¹. O próprio discurso “técnico” evidencia contradições similares – e.g. a “subestimação dos efeitos multiplicadores” reconhecida pelo FMI, sem alterar a sua política (IMF, 2012: 44, ss.; Rosário¹², 2013).
2. Uma organização da comunicação política assente em “fugas” de informação gravosa em torno de medidas políticas que, mais tarde, vêm a ser aprovadas em versões menos austeras. O ruído em torno dessas discussões impossibilita até a compreensão dos respectivos impactos por parte daqueles que os vão sentir.

5. Codificação monopolizada e presentificação

Tanto a discursividade gestonária quanto muita da contestatária em torno da ideia de “crise” partilham o seu carácter de codificação monopolizada (Baudrillard, 1995 [1972]: 111), bem como a sua presentificação obsidiante. No primeiro âmbito, o código monopolizado é constituído pelo jargão específico da macroeconomia e da econometria, com a respectiva demagogia estatística presidida pelo lugar-comum de que “os números não mentem”. A pregnância deste factor aumenta dados os níveis perigosamente baixos de literacia geral e financeira (Dataang, 2009: 9, 10, 78, 80; Narciso, 2011: 35).

Já a presentificação obsidiante consiste num agendamento permanente da ideia de “crise” enquanto uma sorte de “mega-acontecimento” composto pelo conjunto dos seus acontecimentos e “pseudo-acontecimentos” (Boorstin; Dayan & Katz), bem como pela vertigem vulgarizada das declarações quotidianas que constituem retematizações sucessivas de matérias tornadas subinformativas (Nora) pelo saturante excesso da sua sobre-representação.

Sem ser específica desta discursividade, a presentificação obsidiante constrói desmemória, irreflexão, produz cadeias de naturalizações e aceitabilidades que abrem espaços até então vedados à acção governativa e à prática política. Referem-se-lhe Barreto (2009): “Temos olhos cansados, habituámo-nos a tudo...”, ou Carrilho (2010): “Vivemos em sociedades atordoadas [...] presas ao instante e à sua caótica fugacidade”.

¹¹ Adam, M. (2013.08.30), *Diário Económico*, http://economico.sapo.pt/noticias/passos-coelho-admite-segundo-resgate-a-portugal_176236.html (aces. cf. 2014.01.22); Valente, L. & Tavares, R. (2014.01.09), *Jornal i*. Disponível em <http://www.ionline.pt/artigos/portugal/pos-troika-passos-nao-fecha-porta-saida-irlandesa>. Acesso em 22.01.2014. .

¹² Rosário, D. (2013.12.01.) “FMI reconhece que Portugal e Grécia deviam ter tido mais tempo”. Disponível em http://rr.sapo.pt/informacao_detalhe.aspx?fid=26&did=132247. Acesso em 15.01.2014.

6. Operações discursivas

O grande par ordenador da discursividade em torno da ideia de “crise” é o que articula a existência de uma “crise” com a “inevitabilidade” das políticas suas gestionárias. Trata-se de um elemento estratégico, por instituinte da situação que diz descrever. Na sua sombra organizam-se todos os momentos, inflexões, “ruidos” e controvérsias sobre a “crise”. A sua operação pode esquematizar-se no interior de um quadrilátero (ver figura) formado pela base caótica do “despesismo” - “A)”, passando pela “inevitabilidade” dos “sacrifícios”, em nome do, e rumo ao, “futuro” redimido “B)”. Das laterais constam o conjunto de políticas dolorosas mas salvíficas e os seus executores tão corajosos quanto indiferentes ao seu destino eleitoral.

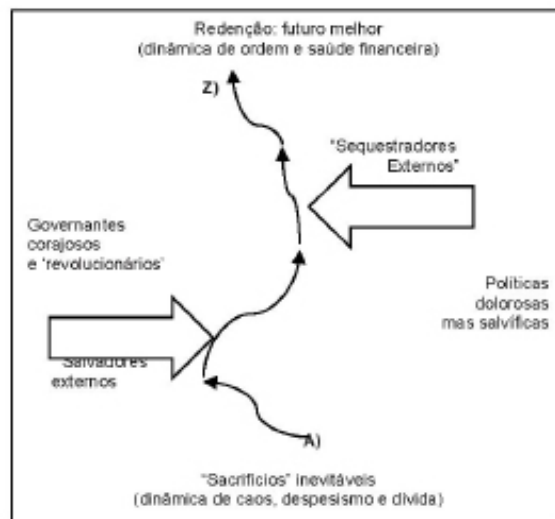


Figura 1

Trata-se do que Marcuse (1969 [1964]: 95-96) descreveu como um “fechamento do universo da locução”, uma administrativização burocrática da linguagem. A operação básica consiste no princípio segundo o qual “o conceito ritualizado é tornado imune à contradição”, por um lado. E, por outro, na ideia elementar de “redução do conceito à imagem”. Nos “pontos nodais da locução pública” (*id., ibid.*) “aparecem proposições analíticas autovalidantes que funcionam como fórmulas mágico-rituais”, as quais, “marteladas e remarteladas na mente do receptor, produzem o efeito de incluí-la no círculo das condições prescritas pela fórmula”.

Tal fechamento, produzido pela articulação entre emergência económica (ameaça de cataclismo) e extinção do político é, de si, suficientemente pregnante em circunstâncias de escassez (Arendt (2007: 83,95). No caso português, ele vem sendo, ainda assim, consistentemente vinculado a uma longa tradição histórica de falsa vituperação da política (e.g. Oliveira Salazar, 1935 [1928]: 11, 17,18; e Lusa, 2013)¹³.

¹³ Lusa (2013. 07.26) Disponível em <http://www.noticiasaoiminuto.com/politica/93834/passos-apela-a-acordo-com-ps-para-clima-de-uni%C3%A3o-nacional#.UfOmM9JMQk4>. Acesso em 27.07.2013. Para uma caracterização sumária e geral do reacçãoarismo deste tipo de discurso ver HIRSCHMAN (1988).

Dois pontos de fuga de ordem mítica, (vd. Martins, 2011: 2; Gomes, 2013)¹⁴, insinuam-se no primarismo daquela estrutura discursiva através do estatuto ambivalente atribuído aos “financiadores externos”: tanto os “salvadores” que, no limite, vêm de fora resgatar-nos de nós mesmos, quanto os “ocupantes” que nos trazem o mal-viver. (Vd. para o primeiro caso, por todos, (1) Ferreira, 2011: 41, 42 e, para o segundo, (2) TVI 24, (2012)¹⁵.

7. Axiologia, metonímia, eufemização e metáfora

Um dos mais importantes “pontos nodais” que esta discursividade incessantemente reproduz é a sua componente axiológica. A enunciação moralista dos problemas políticos constitui, reconhecidamente, um simplismo perigoso e tentador, pelo que mostra como pelo que esconde. Neste caso, vituperar “os políticos” e culpabilizar a sociedade e o Estado “despesista” que “viveram acima das possibilidades” tanto permite esquecer a subordinação marcante da política contemporânea ao mundo dos negócios, como dispensa a análise de quem viveu de que recursos estatais e acima de que possibilidades.

Metonimicamente esgotada a discussão por este “nós” gramatical, começa a modificação “mental” que constitui a missão terapêutica, da “austeridade” (Lourenço, 2013)¹⁶ que ganha, assim, foros de uma “engenharia social” ou até de uma “revolução puritana do Bem contra o Mal” (Pacheco Pereira, 2013: 255). A interpenetração entre axiologia e ideologia processa-se através de uma permanente administração da culpa na lógica que Barthes (sd. [1978]: 14) de há muito demonstrara: “chamo discurso de poder a todo discurso que engendra o erro e, por conseguinte, a culpabilidade daquele que o ouve”.

A discursividade da “crise” incorpora ainda fortes cargas de eufemística e metáfora. Esta tanto é produzida no campo específico do discurso pseudo-técnico (maioritariamente economicista, Quadro 1), quanto na redução simplória e paternalista com que se dirige ao “povo que não compreende coisas complicadas”.

Enunciação eufemizada	Tradução
“Apoio financeiro”, “Auxílio externo”, “Empréstimo em condições extremamente favoráveis”	Intervenção externa
“Condicionalidades”	Ingerências políticas da intervenção externa
“Ajustamento estrutural”, “Austeridade”, “Sacrifícios”, “Esforço”	Redistribuição dos recursos políticos e materiais na sociedade

¹⁴ Gomes, M. (2013.05.14). Disponível em <http://www.publico.pt/politica/noticia/cavaco-afirma-que-a-setima-avaliacao-da-troika-e-inspiracao-de-nossa-senhora-de-fatima-1594398>. Acesso em 26.01.2014..

¹⁵ (1) “devemos assumir humildemente que precisamos dessa ajuda [...] Se não se entendem [partidos], penso que o melhor é [...] deixarem trabalhar o FMI e as instituições comunitárias, no sentido de lhes ser permitido ajudar-nos” (Belmiro de Azevedo). (2) TVI 24 (2013.12.15), “Portas inaugura relógio de contagem decrescente para fim da troika”, 12.15. Disponível em <http://www.tvi24.iol.pt/economia---economia/portas-relogio-troika-cds-pp-juventude-popular-tvi24/1519581-6377.html>. Acesso em 26.01.2014..

¹⁶ “Era uma vez um país. Indisciplinado. Com falta de organização. E com um currículo terrível: sempre que viveu em Democracia, faltou-lhe o juízo para ter contas públicas em ordem. [...] optou pela Ditadura. Ai as coisas melhoraram: o défice desapareceu e a dívida recuou [...] um equilíbrio falacioso. [Daí] em apenas vinte anos, o país ter voltado a perder o controlo das contas públicas”, Lourenço, Camillo (2013. 12.25), *Jornal de Negócios*. Disponível em http://www.jornalde-negocios.pt/opiniao/columnistas/camilo_lourenco/detalhe/portugal_precisa_de_uma_ruptura_geracional_e_mental.html. Acesso em 24.01.2014.

"Flexibilização do mercado laboral"; "Mobilidade especial"; "Requalificação"	Liberalização dos despedimentos
"Crescimento negativo"	Recessão
"Ajustamento pelo lado da receita"; "agravamento fiscal"; "Contribuição Especial de Solidariedade"	Aumentos de impostos
"Ajustamento pelo lado da despesa"; "Refundação / Reforma do Estado"; "Racionalização de serviços / recursos"; "Emagrecimento do Estado";	Extinção de funções sociais do Estado, da administração pública e cortes de serviços sociais
"Fadiga de austeridade"; "Exaustão fiscal"	Empobrecimento
"Nacionalizações"; "Injecção de capitais públicos"	Socialização de prejuízos da alta finança
"Modernização da economia"	Privatizar segmentos lucrativos do sector público
"Baixa produtividade"; "Mau Investimento"	Improdutividade do trabalho e do capital
"Bens transaccionáveis"; "Meritocracia"; "Excelência";	A contrario, os (sectores, empregos, investimentos, empresas) não imoláveis
"Competitividade";	Redução da massa salarial e extinção empresarial

Quadro I - Exemplos de eufemização (discursividade pseudotécnica
Fonte: Elaboração própria a partir de discursos, comentários e noticiários gerais

A metaforização dirige-se, por seu turno e principalmente, à percepção sensível, reforçando a aproximação às formulações mais banais do senso comum. Estas operações têm em comum um princípio da menorização/infantilização dos seus destinatários, obtida por via de duas tácticas: por um lado, a classificação transcendente da situação e, por outro, a produção de insegurança diante dela (e.g. as metáforas do "Portugal bom aluno" a "esquecer/fazer "os trabalhos de casa", etc.).

Vaz (2011: 68-117) considera três "domínios-fonte" de metaforização: a "doença", a "catástrofe natural" e a "guerra".¹⁷ Na "doença" o campo imaginário da significação remete para a "mistificação" e o "mistério" (Sontag 1998 [1977-8]: 13), na directa medida, aliás, da obscuridade da sua etiologia. A "catástrofe natural" instala o imprevisto e a incomensurabilidade das forças que inopinadamente se abatem sobre o humano. Ao passo que na "guerra" é onde se fundem "lei da vida" e a "lei da selva", apelando ao mais primário instinto de sobrevivência.

CONCLUSÃO

Assente no não-dito de que os homens devem estar ao serviço da economia e não o inverso, pelo seu discurso, a "crise" é um mundo em que deixou de haver lugar para (quase) todos. Institui sentido como vida e encena-se como algo do domínio do transcendente, perante o qual ao humano nada mais resta do que a "inevitabilidade" de um sofrimento inelutável, de duração e resultado imprevisíveis. Pelo menos para aquelas "certas pessoas" de que falava Dahrendorf (1996 [1995]: 30-32) ao dizer que "(por mais terrível que seja só escrevê-lo) simplesmente não servem: a economia pode crescer sem o seu contributo; seja qual for a perspectiva em que se considerem, para o resto da sociedade elas não são um benefício, mas um custo".

¹⁷ "septicemia [orçamental]"; "buraco negro"; "terramoto fiscal"; "tsunami financeiro"; "Portugal ligado à máquina"; "Portugal de muletas"; "A fisioterapia necessária", etc.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Arendt, H. (2007). *A promessa da política*. Lisboa: Relógio d'Água.
- Badiou, A. (2008). De quel réel cette crise est-elle le spectacle?. *Le Monde*, 10, 18. Disponível em <http://alainindependant.canalblog.com/archives/2010/11/14/19602180.html>. Acesso em 26.12.2013.
- Barreto, A. (2009). Questões de clima. *Público*, 01.25. Disponível em <http://o-jacaranda.blogspot.pt/2009/01/questes-de-clima.html>. Acesso em 02.01.2014.
- Barthes, R. (1978). *A Lição*. Lisboa: Edições 70.
- Blyth, M. (2002). *Great Transformations - Economic Ideas and Institutional Change in the Twentieth Century*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Blyth, M. (2013). *Austeridade - História de uma ideia perigosa*. Lisboa: Quetzal.
- Boorstin, D. (1992 [1962]). *The image- A guide to pseudo-events in America*. Nova Iorque, Vintage Books.
- Bourdieu, P. (1998 [1982]). *O que falar quer dizer - A economia das trocas linguísticas*. Lisboa: Difel.
- Cabo, J. M. (2004). *La Economía como Ideología, Mitos fantasías y creencias de la 'ciencia' económica*. Hondarribia: Hiru.
- Carrilho, M. M. (2010). Reféns da actualidade. *DN*, 02.18. Disponível em http://www.dn.pt/inicio/opiniao/interior.aspx?content_id=1497335&seccao=Manuel%20Maria%20Carrilho&tag=Opini%3o%20-%20Em%20Foco. Acesso em 03.01.2014.
- Cipriani, R. (1987). The sociology of legitimation: An introduction. *Current Sociology*, 35, 1. Disponível em <http://csi.sagepub.com>. Acesso em 13.11.2013.
- Cohen, P. (1999). Les États-Unis vont-ils racheter le monde entier?. *Marianne*, 01, 22-28.
- Dahrendorf, R. (1996 [1995]). *A quadratura do círculo - Bem-estar económico, coesão social e liberdade política*. Lisboa: Ed. 70.
- Dayan, D. & Katz, E. (1992). *Media events: The live broadcasting of history*. Nova Iorque: Harvard University Press.
- Ferreira, F. C. (2011). *Portugal e o Futuro- Dez contributos fundamentais para recuperar um país em crise*. Lisboa: Matéria-Prima/RTP.
- Foucault, M. (1971 [1970]). *L'Ordre du discours*. Paris: Ed. Gallimard.
- Foucault, M. (2008 [1969]). *A arqueologia do saber*. RJ:Forense Universitária.
- Gruzinski, S. (2003 [1988]). *A colonização do imaginário - sociedades indígenas e ocidentalização no México espanhol - séculos XVI e XVIII*. SP: Companhia das Letras.
- IMF (2012). *Coping with High Debt and Sluggish Growth - World Economic Outlook*. Disponível em <http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2012/02/pdf/text.pdf>. Acesso em 03.01.2014.
- Hirschman, A. O. (1988). Two Hundred Years of Reactionary Rhetoric: The Case of the Perverse Effect. *The Tanner Lectures on Human Values*. Disponível em http://tannerlectures.utah.edu/_documents/a-to-z/h/hirschman89.pdf. Acesso em 01.01.2014.
- Lefebvre, H. (1969 [1968]). *A vida quotidiana no mundo moderno*. Lisboa: Ulisseia.

- Louçã, F. & Mortágua, M. (2012). *A Dividadura – Portugal na crise do Euro*. Lisboa: Bertrand.
- Luhmann, N. (2005 [1994]). *A realidade dos meios de comunicação*. SP: Paulus.
- Marcuse, H. (1969 [1964]). *O Homem Unidimensional - Ideologia da Sociedade Industrial*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Martins, M. de L. (1990). *O olho de Deus no discurso salazarista*. Porto: Afrontamento.
- Martins, M. de L. (2004). *Semiótica*. Braga: CECS/ ICS – UM. Disponível em http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/996/1/mois%C3%A9smartins_Semi%C3%B3tica_2004.pdf. Acesso em 22.01.2014.
- Martins, M. de L. (2011). *Os mitos de origem no salazarismo – o passado como se fora presente*. Congresso Internacional "A Europa das Nacionalidades. Mitos de Origem: discursos modernos e pós-modernos. Aveiro: UA.
- Martins, M. de L. (2013). Entrevista a Moisés Martins. *Entrevistas da Antena 1*, 11.27. Disponível em <http://www.rtp.pt/antena1/index.php?t=Entrevista-a-Moisés-Martins.rtp&article=7147&visual=11&tm=16&headline=13>. Acesso em 05.01.2014.
- Melossi, D. (1997). State and social control à la Fin de Siècle: from the new world to the Constitution of the New Europe. In R. Bergalli & C. Sumner (eds), *Social Control and Political Order – European Perspectives at the End of the Century*. London: Sage.
- Miliband, R. (1977 [1969]). *O Estado na Sociedade Capitalista – Uma análise do sistema de poder no Ocidente I e II*. Lisboa: Presença.
- Narciso, S. (2011). *Apresentação do inquérito à Literacia Financeira da População Portuguesa*. 1ª Conferência do Banco de Portugal sobre Literacia Financeira, Lisboa, BP, 11.08. disponível em [http://www.bportugal.pt/pt-PT/Supervisao/SupervisaoComportamental/Conferencias/Documents/Apresenta%C3%A7%C3%A3o%20do%20Inqu%C3%A9rito%20%C3%A0%20Literacia%20Financeira%20da%20Popula%C3%A7%C3%A3o%20Portuguesa%20\(2010\).pdf](http://www.bportugal.pt/pt-PT/Supervisao/SupervisaoComportamental/Conferencias/Documents/Apresenta%C3%A7%C3%A3o%20do%20Inqu%C3%A9rito%20%C3%A0%20Literacia%20Financeira%20da%20Popula%C3%A7%C3%A3o%20Portuguesa%20(2010).pdf). Acesso em 02.01.2014.
- Nora, P. (1977 [1974]). O regresso do acontecimento. In J. le Goff & P. Noara (org), *Fazer História*. Lisboa: Bertrand.
- Oliveira Salazar, A. (1935 [1928]). *Discursos*, vol. I. Coimbra: Coimbra Editora.
- Pacheco Pereira, J. (2013) *Crónicas dos dias do lixo – Da queda de Sócrates à 'refundação do Estado'*. Lisboa: Temas & Debates.
- Santos, B. de S. (2002). *Os processos da globalização*. Disponível em <http://www.eurozine.com/articles/2002-08-22-santos-pt.html>. Acesso em 15.01.2014.
- Sloterdijk, P. (2007 [2001]). *O sol e a morte – Investigações dialógicas. Diálogos com Hans-Jürgen Heinrichs*. Lisboa: Relógio d'Água.
- Sontag, S. (1998 [1977-8]). *A doença como metáfora. A sida e as suas metáforas*. Lisboa: Quetzal.
- Van Dijk, T. (1999). El análisis crítico del discurso. *Anthropos*, 186, 23-36.
- Vaz, L. I. L. (2011). *As imagens metafóricas da crise económica na imprensa Portuguesa e alemã: abordagem cognitiva*. Lisboa: FLUL. Disponível em http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/5736/1/ulfl106436_tm.pdf. Acesso em 26.01.2014.

Weimann, G. (2000). *Communicating Unreality – Modern media and the reconstruction of reality*. London: Sage.

Weisbrot, M. & Ray, R. (2011). *Latvia's Internal Devaluation: A Success Story?*. Disponível em <http://www.cepr.net/documents/publications/latvia-2011-12.pdf>. Acesso e, 18.01.2014.

Žižek, S. (2010 [2009]). *Da tragédia à farsa*. Lisboa: Relógio d'Água.

OUTRAS REFERÊNCIAS

APCT- Associação Portuguesa de Controlo de Tiragens (2013). *Análise simples – Informação Geral – 5º bimestre*. Disponível em http://www.apct.pt/Analise_simples.php. Acesso em 03.01.2014.

Dataangel Policy Research Incorporated (2009). *A Dimensão Económica da Literacia em Portugal: Uma Análise*. Lisboa, GEPE – Ministério da Educação e Ciência. Disponível em <http://www.gepe.min-edu.pt/np4/?newsId=364&fileName=literacia.pdf>. Acesso em 02.01.2014.

Markttest (2008). *Idosos vêem 5h30m de Tv, por dia*. Lisboa, 07.10. Disponível em <http://www.markttest.com/wap/a/n/id~10fe.aspx>. Acesso em 02.01.2014.

Markttest (2014). *Tribunal Constitucional, OE e cortes de pensões foram temas dos noticiários de Tv em 2013*. Disponível em <http://www.markttest.com/wap/a/n/id~1cac.aspx>. Acesso 29.01.2014.